

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PODER: UM ESTUDO DE CASO (RIO CLARO/SÃO PAULO).

Maria Beatriz Bianchini Bilac

O objetivo deste artigo é discutir, através dos resultados de um estudo de caso - a ocupação dos cargos políticos em Rio Claro¹ - alguns aspectos referentes ao papel das elites nacionais no desenvolvimento econômico e na dinâmica política e à formação das elites políticas no Brasil e o papel por elas desempenhado no *state-building* brasileiro.

A formação das elites brasileiras, como da América Latina de uma forma geral, está estreitamente ligada com a condição destes como países exportadores de matérias-primas em uma nova ordem econômica internacional forjada pela Nova Revolução Industrial, e grande parte da literatura sobre o assunto entende ter essa condição refletido de maneira peculiar na formação de novas elites e nas relações entre diferentes classes, se comparadas com os chamados países de desenvolvimento inicial, a exemplo da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

No caso da Europa Ocidental, embora cada país tivesse apresentado condições específicas, a burguesia, especialmente

¹. Este artigo é um resultado parcial de nossa tese de doutoramento: *As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.

a industrial, exerceu um papel central no desenvolvimento econômico e na dinâmica política. A Revolução Industrial colocou as condições para que esta burguesia alcançasse uma proeminência a ponto de subordinar, em certa medida, os interesses da antiga elite proprietária de terras.

Na América Latina, o quadro não apresentou os mesmos contornos, dado que, nesta, o processo de desenvolvimento econômico e as mudanças sociais inscreveram-se num quadro estrutural fundado na sua condição primeira de produtor de matérias-primas de exportação, situação que desenvolveu condições peculiares para o papel das elites nacionais, com seus interesses voltados diretamente à exportação, tornando-as naturais colaboradoras dos interesses mercantis estrangeiros e, no geral, desinteressadas no desenvolvimento de uma indústria local, já que eram beneficiadas pela importação de mercadorias baratas.

A elite rural desempenhou, pois, a função central no processo de desenvolvimento desses países, imprimindo suas marcas no arranjo das forças sociais que delinearão os regimes políticos e econômicos do período.

A constituição e a atuação das elites latino-americanas, entretanto, têm uma contribuição distinta daquelas européias e norte-americanas, de tal forma que o processo de desenvolvimento econômico e as mudanças sociais no continente estão inscritos num quadro estrutural marcado pela especificidade de sua condição de produtor de matérias-primas de exportação, a partir da qual se desenvolveram condições peculiares para o papel das elites nacionais.

Destarte, duas dimensões devem ser levadas em conta nesta investigação: as condições sociais estruturais sobre as quais se assentaram as relações de dominação e as mudanças econômicas e institucionais em curso no país, no período em questão.

Procuramos, em nosso estudo de caso, analisar a constituição do quadro político local a partir das determinações internas ao sistema de poder e dominação na sociedade brasileira e buscamos compreender essa constituição tendo em vista, de um lado, a capacidade que elementos da não elite tinham de pressionar a elite para que os absorvesse nos quadros dirigentes e, de outro, por uma decisão da elite mesma de aumentar seus quadros, em geral premida

por necessidades político-administrativas.

A presença da política oligárquica e as conseqüentes implicações desta na estrutura de dominação brasileira é um fenômeno marcante da história do país, e uma análise como a que pretendemos deve voltar a atenção primeiramente para as relações entre o estado e as elites agrárias, desde o sistema colonial, procurando demonstrar como a estrutura de dominação do Estado Oligárquico encontrou suas bases na economia agroexportadora, economia com suas marcas mais expressivas calcadas na grande propriedade voltada ao mercado externo e no binômio senhor-escravo e que consolidou um modelo de classe dominante típico, com formas de autoritarismo e dependência próprias.

A colonização portuguesa engendrou um sistema de propriedade que não permitiu a integração do mercado nacional, já frágil desde o Império e durante a República. A grande propriedade significou a necessidade de braços para a produção, resolvida no Brasil, por longo tempo, através do trabalho escravo como um dos constituintes da produção, impedindo a expansão de uma produção voltada ao mercado interno, a formação de estratos intermediários e o desenvolvimento de uma sociedade fundada na pequena propriedade. Vários foram os elementos constitutivos desta organização social. Entre os fundamentais, podemos destacar a forma excludente e perversa da integração da população egressa da escravidão, após a Abolição, ao mercado de trabalho e o não acesso da grande massa do campo à pequena propriedade, destinando-a à economia de subsistência.

O sistema colonial também colocou limites para o desenvolvimento de manufaturas e empregos nas cidades, impediu a formação de uma classe pequeno-proprietária e travou a constituição de estratos embrionários de um proletariado significativo. A distribuição de terras como uma concessão de favores estruturou um sistema de lealdades, com um forte autoritarismo do proprietário de terra, obstaculizou a emergência de resistências e oposições fortes e caracterizou uma organização social baseada antes no favor que no direito.

A Primeira República, período incontestavelmente caracterizado pelo predomínio das elites agrárias, teve seus grandes

eixos ligados ao papel de São Paulo na política nacional, que, ao lado de Minas Gerais, foi indiscutivelmente um dos dois estados líderes do período. Com a exclusiva representação das elites agrárias, o estado não encontrou desafios para mediar entre interesses conflitantes, sendo assim a função política principal do governo central arbitrar as disputas entre as elites agrárias regionais. Os setores agrários brasileiros tiveram êxito em impor seus interesses como interesses da nação como um todo e, inicialmente, defensores do *laissez-faire*, os setores agrários passaram a exigir a intervenção do estado como solução de seus problemas. Os latifundiários tiveram, pois, um papel decisivo no processo de centralização do poder, atuando de forma a conferir ao estado o *status* de ator político privilegiado.

O Estado surgiu como um ator importante na economia brasileira já antes que outros setores sociais se apresentassem como um real desafio para os interesses agrários. As elites agrárias conferiram ao estado, além de uma função estratégica no nível da economia – bem como demonstrou a política para o café durante todo o período – o papel de agente promotor da submissão das classes populares. Como declarou um líder da oligarquia paulista,

Do meu ponto de vista, a agitação proletária é a manifestação superficial de um dos mais sérios e difíceis problemas da política: aquele concernente à interferência do estado na distribuição da riqueza entre os indivíduos(...) O estado deve ser como a cabeça da família e os cidadãos seus filhos e seus genros. O pai tem como missão, através de leis justas, moderar as ambições exageradas do pobre contra o rico, e ao mesmo tempo controlar os maus instintos da excessiva acumulação de riqueza entre alguns cidadãos contra a vasta maioria dos outros.²

No que diz respeito às coalizões de poder, podemos dizer que o lugar das elites agrárias, apesar das transformações da

2. Citado em REIS(1979:235).

sociedade brasileira, foi preservado e estas souberam estabelecer alianças com os setores sociais emergentes, em especial com as elites industriais, e demonstraram grande capacidade de adaptação às mudanças. Finalmente, há que se destacar a estratégica habilidade das elites rurais em *mudar para conservar*, controlando as mudanças e neutralizando as possibilidades de desafios revolucionários. Antecipando-se aos conflitos, impunha-se a *conciliação* como um mecanismo regulador desses tipos de problemas.

A especificidade desse contexto encontra-se no fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, baseado na expansão cafeeira, ocorreu sob a dominação da economia cafeeira na acumulação de capital, conferindo uma limitação ao desenvolvimento da indústria e imprimindo a esse setor um caráter subordinado e dependente face à economia cafeeira. A situação dúbia da burguesia industrial na Primeira República estava ligada em seu caráter de classe que, se por um lado, expandia-se devido ao desenvolvimento da economia cafeeira, por outro, encontrava entrave em seu avanço pelos limites que a economia agroexportadora lhe impunha.

No que diz respeito à democracia, podemos dizer que a República Velha não incorporou elementos associados ao pluralismo. A cena política era uma esfera caracterizada pela participação e competição bastante limitadas. A participação eleitoral foi pequena no período todo, não acompanhando a evolução da urbanização e da educação, processos associados à expansão da cidadania. Os mecanismos de recrutamento político, as restritas chances de oposição institucionalizada, entre outros, foram aspectos dos princípios autoritários que permeavam a esfera política. Os estudos sobre as elites regionais brasileiras mostram como estas mantinham o recrutamento sob um controle rígido e a cooptação constituía um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder.

O Estado, no fim da Primeira República, desempenhava um papel estratégico e já se encontrava em posição de regular a entrada de novos elementos na cena política e de exercer um controle tutelar sobre a economia. Os esforços que os fazendeiros dispunham no intuito de conseguir que o estado servisse aos seus interesses criou as bases para o crescimento da esfera pública e do

aparato estatal numa ordem descentralizada como a do período.

A crise que conduziu ao final da Primeira República em 1930 teve raízes nos desafios colocados nos anos 20, momento em que os setores excluídos do jogo político – tanto as elites dissidentes como amplos setores das classes médias e populares – propugnavam por uma abertura no sistema político e tensões internas e pressões advindas dos interesses não agraristas vieram minar os arranjos políticos tradicionalmente estabelecidos.

O colapso da Primeira República brasileira, com o advento da Revolução de 1930, com a emergência de um padrão de *revolução por cima*, marcou, até 1945, um regime ditatorial. A chamada República dos Fazendeiros sofreu uma quebra em seu poder, estabelecendo-se, em seu lugar, uma nova coalizão de poder que, entretanto, não alijou os setores agrários. A crise de hegemonia oligárquica foi caracterizada muito mais pela nova agregação de novos setores aos grupos dominantes que pela substituição destes. Assim, houve, em verdade, uma perda de proeminência das oligarquias apenas relativa.

Sob a nova ordem caracterizou-se uma situação em que nenhum dos setores representados na coalizão era capaz de representar uma posição dominante e o estado, por sua vez, foi o principal agente de modernização e o promotor de mudanças que, por sua vez, não se caracterizaram como uma quebra com o passado.

Em outros termos, sem que nenhuma mudança significativa tivesse ocorrido nas relações de trabalho no campo e no sistema de propriedade, o poder local dos fazendeiros ficou intacto, o que possibilitou a continuidade da dominação tradicional, embora o setor urbano-industrial tenha se tornado cada vez mais importante, paulatinamente constituindo-se no elemento mais dinâmico na economia nacional.

O regime instaurado em 1930 provocou alterações sensíveis no *modus operandi* do sistema político. Reorganizou as vias de acesso ao poder federal, impulsionou uma gama de mudanças substanciais, seja no âmbito político como no ideológico e concretizou uma forte tendência centralizadora no aparelho estatal, cujas sementes já se encontravam lançadas no período anterior, retirando o caráter extremamente regional da Primeira República. Ao mesmo tempo, o

governo central imprimia uma direção nacionalista e industrializante na política econômica. Uma das questões centrais era enfrentar e desmontar o monopólio político nos estados, formalizado nos Partidos Republicanos. O governo provisório instaurado após a Revolução de 30 decretou a intervenção nos municípios e estados, como forma de desarticular os poderes regionais. Todavia, sem alterar a estrutura agrária, os comandos locais permaneceram, em regra, intactos.

A demolição da velha ordem processou-se sem reformulação essencial da estrutura econômico-social anterior e a *modernização conservadora* realizou-se tanto pela substituição das elites, sem que os setores emergentes na cena política se constituíssem em contra-elites, como pela justaposição das novas elites às antigas (Martins, 1973).

A organização política do país não chegou a se alterar, na sua essência, com o novo regime, na medida em que as hierarquias de comando permaneceram praticamente intactas, nos níveis local e regional. Uma parcela significativa dos governadores e prefeitos à época da Revolução continuou nos seus postos. O Estado Novo, com vigência entre 1937 e 1945, foi, também, a exemplo da Primeira República, um sistema elitista, com características específicas, destacando-se o fato de os quadros institucionais instaurarem-se através de um Estado apartidário, com um mínimo de contestação e fricções políticas.

O novo regime, instaurado entre 1937-1945, com uma nova situação partidária, encurralou as elites agrárias, sob o sistema de interventorias e viabilizou o avanço das forças antioligárquicas. Contudo, sem tocar nas bases de sustentação da ordem capitalista em transição – as relações de trabalho no campo, por exemplo, continuaram intocadas – realizou a mudança sem abalar a estrutura do sistema. A marca do período foi o Estado centralizador, guardião das posições econômicas dos grupos tradicionais, ao mesmo tempo promotor da marcha dos setores ascendentes, particularmente a burguesia industrial. Concretizou-se, na verdade, um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes já que, novamente, nenhum deles logrou representar um projeto dominante de desenvolvimento político e econômico.

Em 1945, com a queda de Getúlio Vargas, o

sistema partidário foi restabelecido, com os partidos livres para se organizar legalmente e participar das eleições. Entretanto, os partidos emergentes surgiam como representantes do sistema pré-1930, de caráter regional e oligárquico, sob a égide de um governo federal centralizado. A criação de partidos nacionais, bem como as disposições sobre a representação partidária são elementos constitutivos de uma ordem que se pretendia centralizada, no sentido de resguardar o quadro político nacional de interferências locais e regionais tão características no período anterior.

A questão política, nos anos 1945-1964, caracterizou-se como um jogo político entre a política dos Estados e a extensão da cidadania a grupos cada vez mais crescentes e diferenciados, como as categorias ligadas à administração e os profissionais liberais, ressaltando-se o fato de que a ascensão dos novos estratos na cena política deu-se pela participação no aparelho de estado, através do voto, dado que a dominação de base perdurou durante o período.

Senão, vejamos. No que diz respeito à evolução do sistema político, a extensão da cidadania é significativa através da participação eleitoral. Comparada ao período anterior a 1930, caracterizado por uma débil participação, houve relevantes alterações na composição do eleitorado, de um lado conseqüentes de medidas formais como a abolição do voto censitário e a inclusão do voto feminino e, de outro, por mudanças sociais, como, por exemplo, a gradativa queda do analfabetismo no país, responsável por mudanças fundamentais no eleitorado.

Entretanto, a redemocratização do país em 1945 não significou a passagem de uma política oligárquica para uma política democratizada. Não houve uma substituição radical dos grupos de poder e a mesma elite política que comandava o regime deposto manteve-se na condução do processo político. Desta forma, no que tange ao âmbito eleitoral, as mudanças essenciais dizem respeito à entrada das classes médias no jogo eleitoral.

No tocante à representação política, não houve, de um lado, uma participação considerável dos setores populares nos cargos políticos e, de outro, não se desenvolveu um sistema de representação política dos interesses destes setores, dado que estes

eram cativos de uma política de elites, se não oligárquica, com filiação de classe bem mais elevada, cujos marcos pressupunham a dominação dos estratos mais baixos da estrutura social.

Os estudos empíricos sobre a ocupação dos cargos políticos demonstram esse quadro nos níveis estadual e federal. Em relação aos municípios, pouco conhecemos sobre sua realidade, já que as pesquisas ainda são tímidas. Nesse sentido, o estudo de caso que realizamos procurou, com toda a caracterização levada a efeito no município de Rio Claro, trazer elementos para a compreensão, somados aos já existentes, do processo político brasileiro. Em nenhum momento pretendemos generalizar os resultados obtidos pela análise para o conjunto do sistema político, nacional ou regional, pois os estudos à disposição mostram ser evidente a diversidade de situações que marcam a história de cada cidade. Estes centros, mesmo submetidos a determinações comuns, refletem as trajetórias particulares que caracterizam a vida concreta de cada localidade.

O caso de Rio Claro é bastante ilustrativo no que diz respeito aos contornos gerais do processo político brasileiro, altamente restritivo e hierarquizado. Constatamos que o processo de ascensão social aos cargos políticos abarca os elementos que já se encontram em processo de mobilidade social ascendente, como já demonstraram as pesquisas sobre as origens sociais das elites políticas brasileiras.

Os membros da elite política rioclareense pertencem aos estratos médios da sociedade, ao lado de uma significativa ausência de elementos das classes mais baixas. Aqueles que se candidatam passam por uma seleção prévia – seja pela sociedade, a partir de critérios como educação, riqueza, tradição, entre outros, seja como pelo partido político.

A nosso ver, os resultados mais interessantes deste trabalho estão provavelmente associados aos subsídios que uma análise particular pode trazer ao entendimento do sistema político, da constituição e do papel das elites políticas, mais particularmente no Estado de São Paulo e as variações particulares em cada caso concreto, que delineiam contextos que, embora sob determinações comuns, apresentam perfis diferenciados na configuração da cena política.

Neste aspecto, destacou-se a particular participação do imigrante nos quadros políticos no decorrer de toda a história de Rio Claro, situação que, parece-nos, a partir dos estudos realizados sobre outras cidades, não é comum na história política brasileira,³ o que vem demonstrar a necessidade, na análise, de se levar em conta, em cada caso concreto, as determinações de eventos econômicos e políticos que refletiram na distribuição de poder no interior do sistema político..

A formação das elites políticas de Rio Claro

A fixação dos desbravadores e colonizadores de Rio Claro inseriu-se num processo mais amplo de abertura de novas fronteiras, com o esgotamento das reservas auríferas das Gerais, no final do século passado, quando abriram-se caminhos de penetração para as terras de Goiás e que provocariam, então, o desbravamento da região a noroeste da cidade de São Paulo, chamada de sertões de Araraquara. Foi dentro desse contexto que se deu o caminho do povoamento para o Oeste brasileiro.

Assim, no início do século XIX, houve uma concentração e exploração de sesmarias em ampla faixa de terras onde estão, atualmente, os municípios de Rio Claro, Araraquara, Limeira, São Carlos e Descalvado. Foram estas sesmarias os pontos de partida para a formação de enormes fazendas, em função das quais iriam surgir pequenos povoados, entre os quais Rio Claro.

O processo de ocupação e posse da terra em Rio Claro foi realizado por fazendeiros ali chegados no início do século XVIII, com certa fortuna, trazendo escravos, agregados e dinheiro, agraciados pelas concessões de sesmarias, entre os quais vários sobressaíram-se como chefes políticos locais.

As famílias proprietárias ou de elites, no Brasil, no decorrer do tempo, desenvolveram estratégias para a manutenção do poder local, tais como a grande propriedade de terras, casamentos

3. Sobre essa questão, consultar Fausto(1991).

endogâmicos e prole numerosa, ao lado da ocupação dos cargos-chaves nas administrações municipais ou regionais e, muitas vezes, nacional, tendo esse conjunto de fatores possibilitado a construção de toda uma rede de poder local. Rio Claro não fugiu a esse modelo.

Com a fixação de um contingente significativo de famílias proprietárias na região, aparentadas entre si, foi logo se estruturando o campo da ação política, seja pela ocupação dos cargos decisivos na comunidade e pela organização de atividades sociais, como pela reprodução ideológica do *status quo* por elas estabelecida.

Após a ocupação e posse da terra, o grupo proprietário, em Rio Claro, iniciou um movimento para que esta se tornasse livre do poder de Piracicaba. Esta reivindicação foi significativa para o delineamento das lideranças locais. Em 1832, fundou-se a Sociedade do Bem Comum, com o intuito de dirigir os destinos da povoação⁴ e que funcionou como uma instância do poder local, na medida em que as instituições oficiais, como a Câmara de Vereadores, não existia. O fato de ela ter desaparecido em 1839 pode indicar que suas funções passaram a ser exercidas em outras esferas do poder. Em 1845, Rio Claro foi elevada de Freguesia à Vila, o que lhe garantia a organização de uma Câmara Municipal. Encabeçaram o movimento separatista os mesmos elementos da elite local. Como município autônomo, logo teve sua primeira eleição para a Câmara, ocasião em que foi eleito, por seus pares, como Presidente e Intendente da primeira Câmara, um dos líderes do citado movimento. A partir desse momento, os mesmos nomes que dominaram a Sociedade do Bem Comum passaram a tomar parte na administração pública.

Os principais fazendeiros de Rio Claro foram também Inspetores de Caminhos, cuja função era promover a abertura de estradas, construção de pontes e outros melhoramentos que facilitassem a comunicação entre as diferentes localidades,

4. Entre os fundadores da Sociedade do Bem Comum encontravam-se figuras que dominariam a política local à época. Já se estabeleciam, assim, os contornos, no âmbito das famílias, da elite política local.

delineando as primeiras configurações para a organização espacial do município, respondendo aos interesses da ocupação das terras.

A partir da segunda metade do século, destacavam-se, nas ocupações de cargos administrativos, membros das famílias que dominaram a história econômica e política municipal, todos eles agentes da formação do núcleo urbano local. Já em 1849, quando da constituição da segunda Câmara Municipal, encontravam-se, de forma a se repetir os nomes de líderes econômicos do município. É importante observar que essas famílias integravam também outras esferas do poder, a exemplo da Delegacia de Polícia e das associações religiosas.

A cidade, de 1845 a 1872, foi governada alternadamente por políticos ligados aos dois partidos imperiais, sem grandes distinções na divisão do poder. Os seus mais proeminentes líderes dominavam a política local sem dissidências acentuadas, como representantes que eram dos mesmos interesses, ou seja, da propriedade da terra. Formavam uma oligarquia regional, com estreitos laços econômicos e de parentesco. Os chefes locais mais destacados foram membros dos governos estadual e federal e exerceram a mediação entre o nível local, regional e nacional. Contudo, já desde a metade do século passado, o movimento republicano estava bastante disseminado na região.

As idéias republicanas em Rio Claro eram fortes já desde a década de 1870. Nos anos 60, os líderes tradicionais não haviam deixado seguidores, seja pela morte dos indivíduos ou pelo encerramento da carreira política de líderes de expressão. Quando da proclamação da República, o município tinha já, na ocupação de seus quadros políticos, líderes republicanos. Em fins de 1865, o movimento republicano tomou vulto, desafiando o domínio político estabelecido e conseguiu fazer vencer as eleições de 1872. A liderança passou a ser exercida pelos republicanos oponentes e, mais tarde, os descendentes dos líderes monarquistas terão presença continuada na administração municipal, ingressando no Partido Republicano.

A trajetória dos chefes políticos de Rio Claro os

fazem exemplos do coronel característico do período anterior à República. No final do Reinado, os fazendeiros locais eram chefes dos partidos Liberal, Conservador e Republicano. A maior parte dos grandes proprietários ocupou vários cargos a nível municipal, regional e nacional. Com a autoridade fundada nas bases econômico-sociais, exerceram o poder pessoal, consequência direta do poder econômico, fortalecido desde a Colônia, quando o poder público ainda não se estruturava plenamente. Como bem indica Janotti (1981: p.12), “a antiga expressão ‘homem de valor, homem de posição’ contém implicitamente a aceitação da autoridade social do poder privado”.

Senão, vejamos. O poder pessoal sobre o qual se fundamentou o coronelismo teve suas bases na Colônia, com sua estrutura assentada na lavoura para exportação e no sistema mercantilista. Desde seu início, o Brasil conheceu o estreito universo do senhor e do escravo e reconheceu o poder pessoal como representante do Estado, e não seu opositor.

No final do período colonial, os fundamentos econômico-sociais do mando pessoal já se encontravam bem definidos e se exercia sobre uma população, fosse escrava ou livre, sujeita aos desígnios dos potentados locais e à predominância do agrarismo. Não obstante seu poder, os postos políticos de direção e burocráticos do Estado não foram sempre de fácil ascensão para os senhores rurais durante o período colonial. Após a Independência, foi a Constituição de 1824 que introduziu eleições para escolha dos membros do Estado.

Em Rio Claro, observou-se a configuração de uma situação mais clara dos atores políticos e do padrão de carreira política a partir dos meados do século XIX. Os chefes políticos passaram a assumir, de forma efetiva, as funções que os definiriam como autênticos coronéis, como o desempenho de papéis nas disputas políticas no quadro regional, a mediação entre a Corte Imperial e a Província e o município. Sedimentaram seus interesses de grupo, econômico e político, neste caso, particularmente através da perpetuação nos postos de mando. A maior parte deles havia percorrido os caminhos tradicionais da formação de um político, como a passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército

e a posse do título de bacharel em Direito, ao lado das ligações familiares e da posse da terra.

A ocupação dos postos eletivos ficava sob o domínio desse grupo, também porque a par de todas estas condições, a qualificação dos eleitores era feita em nível municipal e estava sob controle dos mandatários locais, o que garantia, por sua vez, aos grandes grupos familiares detentores de poder afirmarem-se nos cargos políticos.

Em síntese, nos termos de sua origem, esse grupo, em Rio Claro, constituiu-se por um setor instruído, voltado a funções de administração e da política, membros de famílias de proprietários rurais de expressão regional e nacional. Pelas ligações com o centro do poder, foram figuras de expressão nacional, tinham seu fortalecimento ligado à utilização patrimonial do Estado, ao trânsito nas instâncias superiores da administração federal e ao controle das nomeações para os cargos públicos. Durante a segunda metade do século XIX, esse grupo ocupou e indicou praticamente todos os cargos eletivos e nomeados, como Intendente, Vereador, Juiz de Paz, Delegados de Polícia.

Autores como Faoro(1991) mostram que a marca essencial do regime imperial, ou seja, a permanência de um Estado patrimonial (centralizador), sempre com os mesmos donos do poder, aponta a fragilidade do sistema representativo do Império, o que impedia sua sustentação. Críticas e opositores, mesmo dos setores monarquistas, e particularmente dos republicanos, ocuparam a cena no final do Império. O federalismo, para estes, seria a alavanca que tiraria o país do atraso resultante das mazelas do regime centralista.

Os partidos republicanos, em quase todas as Províncias, começaram suas atividades antes da queda da monarquia. No novo regime instaurado pela República, os partidos políticos do Império, o Liberal e o Conservador, partidos nacionais, foram substituídos pelos Partidos Republicanos estaduais, os quais passaram a dominar o período que se iniciava. Com a República, as antigas bases partidárias ficaram abaladas, mas como os republicanos não

tinham ainda quadros suficientes a ponto de permitir que estes pudessem prescindir dos políticos do regime anterior, continuaram as políticas de aliança e de conchavos eleitorais. Ocorreu, portanto, uma composição sem maiores rupturas com os antigos chefes.

O adesismo foi uma das práticas frequentes do perrepismo, e os neo-republicanos eram recebidos não na categoria de adversários antigos, mas, agora, de irmãos.⁵ Casalecchi(1987) observa que, já no momento da implantação da República, a oligarquia monárquica não havia se tornado algo do passado e a oligarquia republicana, a representante do futuro, pois persistia ainda, após a deposição do trono imperial, a presença da elite monárquica ao lado da elite republicana, mesmo tendo os donos do poder sofrido uma solução de continuidade. O regime imperial teve um quadro político fechado e restrito, com alto índice de acumulação de cargos e longevidade na ocupação. Os principais canais de recrutamento passavam pelo nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes. A mesma situação caracterizou a elite paulista.⁶

A República, por sua vez, acabou por instaurar o presidencialismo, o federalismo e a ampliação do regime representativo, maiores máximas do movimento. Contudo, ao excluir o direito do voto do analfabeto, colocou fora da participação política formal ampla camada da população brasileira. Ainda em 1920, 80% desta habitavam as áreas rurais, onde predominava o analfabetismo.

Desta forma, o novo regime, ao mesmo tempo que proclamava seu caráter liberal e democrático, continuava a marginalizar as camadas populares⁷ e as lideranças que assumiram os governos estaduais, ou seja, as elites proprietárias, intentavam fazer com que a representação política não lhes escapasse das mãos e se

5. Para uma análise dessa questão, ver Casalecchi(1987), especialmente pág.62 e seguintes.

6. Sobre a elite imperial, consultar Carvalho(1980). A elite paulista foi estudada por Love(1982).

7. Embora tenha promovido a ampliação do direito do voto a outras camadas antes excluídas – o voto deixava de ser censitário e capacitário.

restringisse a seus componentes. Nacionalmente, consolidava-se a hegemonia da burguesia cafeeira paulista, em aliança com os grandes proprietários de Minas Gerais.

Em Rio Claro, a passagem do Império à República, como vimos, contava já com seu quadro político dominado pelo Partido Republicano, tendo, em seu bojo, disputas que se davam sempre dentro do mesmo universo, qual seja, o da oligarquia. O grupo rural tradicional local, em 1904, liderado pelo Coronel Joaquim Augusto Salles⁸, sai da cena política, desprestigiado por questões políticas e pessoais.⁹ O novo chefe político que dominará a cena, nos próximos 22 anos, pertencia a uma família imigrante de classe média vinda do Rio de Janeiro que, entretanto, aliou-se aos interesses da oligarquia, através dos laços de casamento, sendo celebrado pela história local como o *Coronel Schmidt*.

O Partido Republicano, em Rio Claro, com a sigla PRH (Partido Republicano Histórico), subiu ao poder, com o apoio de novos setores emergentes urbanos, que utilizaram o partido como oposição aos setores mais conservadores do PRP. A fórmula conciliatória entre os coronéis, anteriormente dominante, desfez-se.

Já no início do século, o eleitorado apresentava-se com significativa representação urbana, intensificando seu peso quantitativo, junto às novas reivindicações que se introduziam nas esferas políticas e sociais.

Há que se observar que as disputas, entretanto, se dão sempre dentro do mesmo universo, qual seja, o da oligarquia. No

8. Rio Claro deve sua participação política no movimento republicano a alguns fatores predominantes, como a proximidade com os grandes centros do republicanismo do Estado e por suas ligações com Manuel Ferraz de Campos Salles e Manoel de Moraes Barros. Augusto Salles, líder do PRP local, até 1904, era irmão de Campos Salles.

9. Diego Salles, irmão do Presidente do Brasil e chefe político de Analândia, distrito desmembrado de Rio Claro, foi assassinado a 3 de outubro de 1900, em circunstâncias obscuras. O crime teve como motivo o envolvimento de seu filho Eugênio com as filhas de um colono de sua fazenda. Este fato abalou a credibilidade da família, que já vinha perdendo espaço para o grupo oponente.

período entre 1900 e 1930, dos 11 prefeitos, 7 eram fazendeiros ou pertenciam a famílias tradicionais de proprietários. Em relação aos vereadores, a situação se repete, mas com uma particularidade: uma significativa participação de elementos pertencentes ao comércio, em sua maioria, imigrantes.

Queremos concluir que observou-se, em Rio Claro, no período, um esquema de dominação política fundado em uma articulação entre os coronéis e os novos atores políticos – e de forma destacada, os imigrantes, como veremos a seguir.

O PROCESSO DE ASCENSÃO DE NOVAS CATEGORIAS SOCIAIS

Apontamos, anteriormente, a hegemonia política e social da burguesia cafeeira durante as três primeiras décadas deste século. Concordamos com Fausto (1987) e outros autores¹⁰, para afirmar que, até os anos 1920, não chegou a se formar, no seio da classe dominante, um grupo que se colocasse como alternativa de oposição efetiva aos seus interesses.

A década de 20 foi palco de acontecimentos cruciais que abalaram a cena política nacional, provocando cisões, dissidências e realinhamentos no seio das elites, traduzidas na fundação de partidos oposicionistas, em insurreições que contestavam a legitimidade do regime e por movimentos de trabalhadores. Concomitantemente, a industrialização e a urbanização em curso no país engendraram conseqüências políticas importantes, possibilitando a inserção de novos atores no processo político, alterando as relações de dominação nas cidades, demandando redefinições frente às manifestações políticas das massas urbanas.

Desta forma, a oligarquia passou a sofrer um processo de perda e realinhamento do poder já antes de 1930,

¹⁰ Weffort(1980), Silva(1976).

possibilitando a abertura de espaços políticos para novas categorias sociais. Nessa dinâmica, os grupos de maior projeção foram fundamentalmente os de origem burguesa e imigrante. Este processo, entretanto, não significou o afastamento, como veremos, dos grupos tradicionais.

Em Rio Claro, ao que tudo indica, a participação dos imigrantes, mesmo já no início do século, deveu-se à importância do comércio e da indústria incipiente nas mãos dos imigrantes, graças ao lugar de centro regional que o município representou na época. Dos 22 vereadores entre 1900 e 1930, 17 eram de origem imigrante.

Temos ressaltado a ascensão do imigrante aos cargos políticos em Rio Claro já no início da República. Este caso, não obstante, merece uma ressalva. Nota-se, pelos dados, que, no caso dos prefeitos, sua origem imigrante mesclava-se com a situação de fazendeiro, condição, a nosso ver, determinante da ocupação do cargo. Entre os vereadores a situação era mais aberta, pois os imigrantes eram, em sua grande parte, ligados ao comércio e à indústria.

A entrada de outros grupos na esfera do poder, todavia, não afastou os chefes políticos tradicionais, pois a influência destes permaneceu viva, através da dominação indireta. A entrada dos novos elementos passava pela aquiescência dos antigos. Em Rio Claro isso se demonstrou pela entrada na política de dois membros que se destacariam por longo tempo na política local, ambos tendo recebido o patrocínio e a influência do coronel Schmidt.

Em realidade, esse processo mostra, como bem coloca Debrun (1983:137), que

O importante é alargar a base social do poder político, quando esta não pode mais ficar reduzida à própria elite, como (...) foi o caso a partir dos meados do século XIX. Multiplicam-se então 'os arredores'. Isso aparece claramente se você analisa as duas principais modalidades da cooptação. Na primeira, o cooptado foi vencido no campo de

batalha um pouco antes... Na outra modalidade, temos uma integração antecipada – um setor é cooptado antes que sua capacidade de automobilização e organização tenha alcançado um grau ameaçador... Em todos os casos o cooptado é quem preenche a dupla condição de ser ou poder vir a ser um perigo para essa estrutura, e de ser, pelo menos em potencial, um aliado face aos mais dominados.

Em Rio Claro configurou-se, no período, um sistema de dominação política fundado em uma articulação de forças entre os coronéis e os novos atores políticos. Como bem coloca Janotti, os municípios passavam a ter maior importância econômica e política à medida em que tinham suas funções urbanas desenvolvidas. O poder coronelístico era exercido também por indivíduos que, necessariamente, não detinham a posse da terra. Os antigos chefes políticos perderam seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos. Entretanto, as pesquisas históricas mostram que não se verificou uma simples substituição de dirigentes, mas sim, definiu-se uma nova composição de forças conjugada a novas situações econômicas. Os profissionais liberais faziam geralmente parte da parentela ou da clientela do Coronel. Fortalecedores do poder do Coronel, dele, por sua vez, dependiam.

Exerciam, pois, sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, entravando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos(1981 p. 69).

Essa nova composição de forças, parece-nos, apresentou-se de formas distintas nos diferentes municípios, obedecendo a características locais, aliadas ao quadro nacional e regional, engendrando, em cada caso, diferentes formas conciliatórias. As mudanças trazidas pela urbanização, industrialização, a ampliação

das classes médias e do proletariado, as crises econômicas após a Primeira Guerra, entre outras, abriam cada vez maiores espaços para a oposição, formada por grupos divergentes da minoria, de muitas formas impossibilitados de ascender às posições de comando e antes condenados ao ostracismo político. O círculo do poder, portanto, precisava ser afrouxado e alargado, verificando-se as conciliações de acordo com as forças envolvidas.

A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO DE POSTOS POLÍTICOS PÓS1930

Cabe-nos, nesta altura, perguntar sobre a dinâmica da constituição de um novo quadro dos postos políticos que possibilitou o alargamento dos canais de inserção das novas categorias sociais.

No que se refere à grande burguesia das capitais e à pequena burguesia das cidades médias, pode-se afirmar que estas souberam aproveitar o breve interregno constitucional da era Vargas (1934-1937). A grande rotatividade dos cargos de prefeitos municipais e a curta vigência de mandatos a vereadores no Legislativo Municipal (1936-37), por via do voto indireto, representaram a abertura de oportunidades políticas para estas categorias, que as utilizaram com amplos benefícios sociais, tanto a curto como a médio prazo.

A rotatividade eleitoral era muito grande; não era mais possível a continuidade da influência política direta e pessoal. Era necessário adaptar-se ao sistema partidário, e como este não era mais bipolarizador como na Velha República e no início da década de 30, a multiplicação dos partidos abria caminhos para as dissidências e, conseqüentemente, para o aparecimento de novas lideranças, ao sabor da renovação do processo econômico e social nas cidades médias.

Miceli explica a ascensão desses novos grupos entre 1930 e 1945, entendendo que a centralização autoritária do período,

ao lado da redefinição dos canais de acesso e de influência de representação dos interesses econômicos junto ao poder central, fundava-se em um aparato burocrático crescente que passou a prestar uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente. Todo esse processo de *construção institucional* levou à abertura de ministérios, de organismos ligados à Presidência da República e de uma rede de autarquias, conselhos e comissões especiais. O crescimento da máquina burocrática, altamente significativo em termos quantitativos, verificou-se tanto no âmbito da administração direta como nos novos espaços estratégicos de negociação entre o Executivo, os setores econômicos e outros grupos de interesse. Esses espaços dispunham de atribuições consultivas e se constituíram como frentes de legitimação para a ingerência do Estado que se espraiava sobre domínios da realidade antes sob a tutela de outras frações da classe dominante. Dessa forma, o “circuito de aparelhos sobre que se alicerçou tal processo veio propiciar as condições necessárias à cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar” (1979: p.133).

À medida que o mercado de postos políticos passou a ser centralizado, as oportunidades de emprego para as diversas categorias de profissionais diplomados poderiam ser restringidas ou ampliadas, possibilitando um campo maior de manobra ao governo no sentido de cooptar as diferentes categorias sociais.

Outra característica desse período foi a ampliação das oportunidades educacionais às classes médias e à pequena burguesia. As classes trabalhadoras, que representavam um significativo estrato da população, ainda que em pequena escala, passaram a se beneficiar dos serviços públicos que, durante a Primeira República, atendiam quase que exclusivamente às classes mais privilegiadas.

Também em nível municipal, a ampliação das atividades públicas, através da criação de agências de serviços municipais, abriu uma importante avenida de ascensão social para as classes médias profissionais. Em Rio Claro, de 1930 a 1945, foram instaladas várias repartições desse gênero, capazes de abrigar significativa parcela daquelas classes, a exemplo da Delegacia

Regional de Ensino, Delegacia de Polícia, Seção de Estatística e Arquivo, Procuradoria Judicial, Agência de Estatística Local.

Neste município, a participação de profissionais liberais com sobrenomes estrangeiros é bastante ampla nessas atividades, o que vem mais uma vez corroborar que o imigrante, através da capacitação profissional, encontrou colocações em postos-chaves da administração local, sendo esta uma das suas possibilidades de ascensão social.

Em Rio Claro, neste período, por um lado são consolidadas as lideranças de elementos que já haviam iniciado sua ascensão no final da década de 20 e, por outro lado, verificou-se a ascensão de novos elementos, descendentes de famílias de imigrantes, já com expressão política na cidade.

Assim, nos idos de 1930, o poder local acompanhou as tendências mais gerais do contexto nacional, através da diluição do poder coronelístico, paralela à ascensão de novos setores sociais, cuja presença marcante foi a de um filho de imigrantes, que, no início de sua carreira política apoiava o Partido Republicano Histórico e depois fazia oposição pelo Partido Constitucionalista. Em 1930, aderiu à Aliança Liberal e foi nomeado prefeito.

A cena política local, nessa época, passou a ser marcada pela oposição destacada deste líder ao perrepismo – com sua adesão a novas siglas partidárias –, passando tanto pela questão das Interventorias após o advento da Revolução, como pelas eleições diretas.

As forças locais dividiam-se, cada uma contando com o apoio de representantes dos mais diversos interesses. Desta época, surgiu a importância das Associações Comerciais e Industriais, das Associações Voluntárias, como clubes sociais, esportivos etc, que funcionaram tanto como fatores de pressão econômico-política, como canais de ascensão social.

As Associações Comerciais e Industriais, logo após

1930, congregaram os interesses da burguesia local nascente nas cidades do interior paulista, que já vinham competindo em condições mais favoráveis com a velha oligarquia rural.

Segundo o depoimento do candidato a prefeito pelo Partido Constitucionalista em 1930, na reunião do partido para a escolha dos nomes para este pleito, o apoio da Associação Comercial de Rio Claro foi decisivo:

“Se fui eleito, devo isso ao trabalho pessoal dos meus amigos da Associação... Eleito que estava, devido ao esforço de meus amigos da Associação...”(Cartolando,1936: p.141).

Os caminhos percorridos pela elite política de Rio Claro serão analisados a seguir. Antes, porém, faz-se necessária uma reflexão sobre alguns aspectos da dinâmica da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao alargamento dos canais de participação política, para que entendamos a dinâmica particular do município em tela.

Neste sentido, temos a assinalar o processo nacional, com a conciliação como sua marca política. Embora tenha sido deslocada do poder após 1930, a burguesia cafeeira continuou a exercer um papel econômico fundamental e encontrou formas de acomodação no interior das elites. Relembrando José Honório Rodrigues(1965), é preciso salientar que este grupo obteve freqüentemente concessões através da política de conciliação, cujo objetivo foi antes aplinar as divergências entre os grupos dominantes, mais que promover transformações na estrutura socioeconômica do país.

No plano político *strictu* senso, há que se considerar, para o efeito desta análise, as modificações provocadas pela revolução de 30 e seus efeitos sobre o destino da oligarquia rural.

A Revolução de 1930 provocou, nos diferentes Estados, situações peculiares, seja no que tange à alternância de facções políticas, seja à transferência das lideranças. Esta fase

caracterizou-se pela persistência das facções dominantes antigas, ligadas principalmente aos Partidos Republicanos, ao lado de novos grupos ascendentes ao poder através da quebra de mecanismos políticos importantes, a exemplo da política dos governadores.

Os poderes regionais persistiram e mantiveram suas prerrogativas e domínio até a promulgação da Constituição de 1934. “Os coronéis continuam com seu poder de barganha, apesar do fenômeno coronelismo ter assumido novas características e se apresentar agora enfraquecido... As facções situacionistas deixam de ter o controle absoluto sobre os mecanismos eleitorais, cuja origem estava na Primeira República – o voto a descoberto, as atas falsas e a verificação dos poderes” (Carone, 1974: p. 84).

Até a criação do Partido Democrático, o perreplismo era o único canal de participação para os herdeiros das famílias dominantes.¹¹ Desta forma, a concorrência política deu-se em um quadro de dissidências e conflitos em torno da direção do único partido oligárquico até então existente, o PRP.

A elite paulista da época mantinha estreita ligação com o grupo formado pelos ligados ao poder, grupo que, por sua vez, representava os interesses dessa mesma elite.¹² No caso de Rio Claro, os profissionais liberais que se lançaram à carreira política pertenceram inicialmente ao PRP.

Já a partir de 1916, com a Liga Nacionalista e, principalmente, em 1926 com o Partido Democrático, configuraram-se pressões para um remanejamento do pacto oligárquico. Essas pressões eram decorrentes de grupos oriundos da mesma extração social da oligarquia, mas que se achavam excluídos do poder e se lançavam à luta por maiores espaços de participação no interior da classe dirigente.

11. Como afirma Miceli, “Até o início dos anos 20, tão logo tivessem cumprido os estágios de praxe como militantes da Liga Nacionalista ou das diversas facções acadêmicas em concorrência na Faculdade de Direito, os herdeiros das famílias dirigentes com veleidades de fazer carreira política viam-se obrigados a galgar todos os escalões do perreplismo” (1979:7).

12. Consultar Love & Barickman (1986).

OS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS DE PREFEITOS E VEREADORES EM RIO CLARO

O perfil dos indivíduos que ocuparam o Executivo e Legislativo de Rio Claro indica sensíveis mudanças no padrão de ocupação dos cargos de prefeitos e vereadores.

Vejamos o quadro de representação dos prefeitos e vereadores, com o aumento, declínio e ascensão das ocupações. Enquanto a partir de 1930 verificou-se um decréscimo de proprietários rurais (de 33 a 10%), ocorreu um aumento de profissionais liberais (de 12 a 30%), mantendo-se praticamente estável a proporção de elementos ligados ao comércio e indústria.

Entretanto, em termos de origem, os dados podem camuflar um aspecto importante, pois os profissionais liberais, no caso, eram filhos de uma tradicional família de proprietários rurais da região, tendo sua entrada na política e seu prestígio advindos de ligações com a oligarquia no poder.

A partir de 1945, as alterações no perfil dos ocupantes dos cargos políticos são mais significativas, dado que categorias antes excluídas do poder começam a ter expressão, como são os casos dos trabalhadores (todos ferroviários da Cia. Paulista de Estrada de Ferro) e de profissionais de nível técnico.

Com os dados desmembrados por períodos, temos que, entre 1900-1930, dos onze prefeitos, quatro (36%) eram fazendeiros de expressão na cidade e região, quatro eram funcionários públicos (36%) e três profissionais liberais (27%).¹³

Em relação aos vereadores, o quadro modificou-se no sentido de haver grande proporção de comerciantes (59%), ao lado de 31,8% de fazendeiros.

¹³. É importante destacar, novamente, o fato de que esses profissionais liberais eram ou descendentes de famílias proprietárias rurais ou a elas ligadas por laços de matrimônio.

Os imigrantes e seus descendentes merecem uma análise específica. Muito embora a sua participação como prefeito tenha se dado somente a partir de 1945, como vereadores eles aparecem já desde o início do século. Até 1930, são 70% do Legislativo, sendo que entre 1930-1945, compõem 50% dos ocupantes do cargo.

Há que se destacar que esses imigrantes estão ligados, em sua grande maioria, respectivamente, ao comércio e à indústria. A nosso ver, essa configuração pode ser explicada, como bem coloca Queiroz(1976:194), pelo fato de que “Mais importante do que o próprio casamento, a posse de fortuna – para a qual o comércio parece ter concorrido mais do que qualquer outra atividade econômica no país – foi fator que fortemente pesou na ascensão sociopolítica dos indivíduos”.

A classe média profissional distingue-se por indivíduos exercendo profissões liberais (farmácia, na maioria) e por funcionários públicos.

Outra característica durante os períodos que se estendem de 1900 a 1945 é a continuidade da influência da oligarquia, seja pela ocupação direta dos cargos, seja por laços de parentesco ou interesses. Dos quinze prefeitos, nove (60%) eram fazendeiros, profissionais liberais de origem de família de proprietários rurais ou haviam entrado na política por influência destes, além dos casamentos realizados entre as famílias no poder. No caso de elementos não originários da oligarquia, verifica-se o casamento destes com mulheres pertencentes àquela.

A importância das famílias políticas neste contexto é evidente. Alguns fatores devem ser destacados, tais como o auxílio que os membros das famílias políticas recebem em suas carreiras: a introdução aos partidos e seus líderes, a arrancada através de conexões familiares e o prestígio proporcionado por um nome famoso.

A entrada de novos elementos dá-se por alguns

critérios como as relações com os antigos coronéis (parentesco ou amizade), serem naturais da cidade e da região (nesta ordem), participação em Associações (sendo as mais recorrentes a Associação Comercial, Clubes Recreativos e Desportivos).

Com a democratização de 1945, a política local sofre uma profunda mudança. Ao lado da nova configuração política, o Brasil passa, entre 1945 e 1964, por um de seus maiores surtos de industrialização, marcado por uma significativa reorientação do fluxo demográfico, tanto inter como intra-regional e, principalmente, pela migração campo-cidade. Estes processos engendraram modificações na estrutura social do interior paulista e no poder político local.

Embora parte da literatura política sobre o Brasil afirme que o coronelismo sobreviveu à Constituição de 1946, posto que a democratização parava na porteira das fazendas (Leal, 1975), no que diz respeito ao Estado de São Paulo, isto deve ser minimizado, notadamente quando se fala das cidades interioranas que, entre 1950 e 1960, possuíam mais de 50.000 habitantes.

Novas elites vão surgir. Em primeiro lugar, pela crescente industrialização e, depois, de outros setores agrícolas, a par do cafeeiro, e que adquirem força econômica relativa e, finalmente, do empresariado comercial e de uma nova classe média urbana já diferenciada das classes médias tradicionais da Primeira República e do Estado Novo.

A democratização do país em 1945 culminou com as eleições, nesse ano, para a Presidência da República e, em 1947, para prefeitos e vereadores municipais e governo dos Estados.

A organização político-partidária pós 47 foi instável e os partidos não apresentaram tendências ideológicas definidas e tampouco evidenciaram uma extração social clara. As siglas se avolumaram e houve, concomitantemente, uma intensa mobilidade partidária.

A pequena burguesia foi uma grande beneficiária

desses processos, na medida em que elementos dessa extração social puderam assumir a liderança política nas cidades médias do complexo cafeeiro, ao lado de um nítido esvaziamento do poder dos antigos coronéis.

O populismo em nível nacional e estadual repetiu-se nas administrações municipais. As classes populares passaram a constituir uma fonte para esse novo tipo de clientelismo político. O assistencialismo e o protecionismo paternalista passam a render votos, podendo criar um eleitorado cativo.

Tais táticas configuram a arena clientelística por excelência, “na medida em que a distribuição dos recursos é controlada por grupos que detêm o poder estabelecendo condições para a efetivação da troca de apoio entre os agentes em questão”(Kerbaui, 1979: p. 3).

Em Rio Claro esse clientelismo se confirma, através de um levantamento das principais medidas tomadas pelas administrações municipais do período. Todas elas enfatizaram as declarações de utilidade pública a entidades sociais, culturais, beneficentes (como, entre algumas, Albergues Noturnos, Centros Operários, Centros Culturais – como o Árabe-Brasileiro, Sociedade dos Homens de Cor).

Destacam-se também as isenções de impostos para sociedades recreativas, beneficentes e esportivas e as cessões de imóveis para instituições de ensino e beneficentes. Ao todo, entre 1947 e 1964, foram declaradas de utilidade pública 32 entidades e 95 instituições a ter subvenções financeiras ou cessão de imóveis.

A nova configuração da estrutura de classes e, mais especificamente, do eleitorado, tem implicações sobre as estratégias das elites políticas, no sentido da reorientação de suas práticas. A integração da população rural

conduz à manutenção dos padrões e expectativas vinculadas ao mundo rural nas condições urbanas. É sabido que surgem conflitos vários e sérios neste

processo de adaptação, contudo, por estes conflitos, pela necessidade de colocação, empregos e, também, pelo conficionamento tradicional anterior, é este contingente o que mais corresponde às praxes tradicionais de controle político – à compra de votos, ao mandonismo, ao favoritismo, etc. Aqueles segmentos vinculados ao complexo industrial tenderiam a espelhar seu comportamento nas posições políticas assumidas pelas classes em âmbito nacional. Contudo, fatores já apontados, especialmente as oportunidades surgidas pela mobilidade, a estreiteza do complexo industrial de Rio Claro e os desníveis existentes entre a própria classe operária, são fatores que interferem neste espelhamento, condicionando a que amplos setores dessas classes sirvam de base eleitoral a candidatos tradicionais (Davids, 1968: p.114-115).

Esse quadro favoreceu o comportamento político tradicional, voltado às práticas paternalistas e assistencialistas.

Finalmente, a conclusão a que podemos chegar é de que os processos econômicos e demográficos, embora tenham provocado uma alteração sensível na composição da população, não chegaram a propiciar um completo rompimento do quadro tradicional rural. Com base em nossos dados, e como já havia apontado Davids (1968: p. 105), a partir de outros indicadores, podemos entender que, em Rio Claro, no período compreendido entre 1945 e 1964, “sucedeu a coexistência dos componentes tradicionais com aqueles emergentes da industrialização”.

Outro elemento esclarecedor para análise é o número de indivíduos novos que a elite absorveu por períodos. Ao todo, somam 28.5% dos “novos” que integram o círculo de prefeitos e vereadores de Rio Claro. Desmembrando por períodos, vê-se que o menos aberto à penetração dos novos nomes é o que se prolonga até

1930. Num total de 33 indivíduos, somente 5 (15%) conseguem penetrar no grupo. Entretanto, embora estes sejam de extração social diversa, são todos apadrinhados pela política tradicional, ainda encabeçada por Marcello Schmidt.

O universo político abre-se significativamente, em termos quantitativos, a partir de 1930. Daí até 1964, 35% dos elementos compõem-se de novos nomes. Em termos qualitativos, entretanto, há que se destacar que Rio Claro reflete o processo mais geral da sociedade brasileira, no sentido de que a política entre 1945 e 1964 – e os estudos realizados sobre a questão corroboram essa característica – era, essencialmente, uma política feita por membros de uma elite¹⁴ e confirma que as transformações na estrutura socioeconômica do país, após 1930, não abriram um caminho essencialmente mais aberto para a participação das classes populares na política, especialmente com respeito à ocupação de cargos.

Em suma, procuramos apontar o fato de que o peso de cada categoria social e sua capacidade de pressão, nos diferentes núcleos urbanos, parece-nos ser um elemento chave para a compreensão das políticas de *conciliação* que permeiam a história do Brasil. Em outros termos, queremos sugerir que, em cada situação concreta, os parceiros a serem chamados – ou cooptados – encontram relação com seu poder de pressão ou de ameaça ao *status quo*, caracterizando um jogo entre atores representantes de interesses diversos, mas de forças iguais, como bem demonstra o caráter excludente e marginalizador do sistema social e político brasileiro, cujas bases de dominação pressupõem o fosso entre elite-massa.

Resta saber – e isto extrapola os limites de nosso estudo – como se estruturaram as relações de dominação em outras cidades, quais as categorias privilegiadas na composição do poder político e as determinações particulares, para lançar luz aos processos mais gerais da história política brasileira e à compreensão da composição das elites políticas nos cenários nacional, regional e local.

¹⁴ Reafirma-se, portanto, a conclusão de Soares, já mencionada: “A política oligárquica não foi sucedida por uma política democratizada, com ampla participação de setores e classes sociais menos privilegiadas” (1973: p. 136).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, Maria Beatriz B. *As Elites Políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH. UNICAMP, 1995.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974a.
- CARTOLANO, H. *Minha Defesa*. São Paulo: Gráfica das Revistas dos Tribunais, 1937.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - a Elite Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DAVIDS, Neusa. *Poder Local em Rio Claro: Aparência e Realidade (1930-1964)*. Tese de doutoramento, UNESP, Rio Claro, 1968.
- DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 9. São Paulo: Ed.Globo, 1991.
- FAUSTO, Bóris. A Crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1987, p.401-426.

- FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, v. III.
- FAUSTO, Bóris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré/FAPESP, 1991.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KERBAUY, Maria Teresa M. *Poder Político Local: do Coronelismo ao Populismo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira - 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, J. ; BARICKMAN, B. Rulers and Owners: a Brazilian Case Study in Comparative Perspective. *Hispanic American Historical Review*, 66:4, 1986, p. 735-743.
- MARTINS, Luciano. *Politique et Developpment Economique. Structure du Pouvoir et Systeme de Decisions au Bresil*. Paris: Anthropos, Tese de doutoramento, 1973.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- QUEIROZ, M.I.P. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*s. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

REIS, Elisa Maria da C. Pereira. *The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1889-1930*. Cambridge, MIT, Tese de doutorado, 1979.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um Desafio Histórico-Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOARES, G. A.D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

